Sócia excluída sem direito a defesa deve retornar à sociedade

O inciso LV do artigo 5º da Constituição garante a ampla defesa e o contraditório nos litígios administrativos e judiciais. Por isso, é ilegal e abusivo o ato de convocação societária que tem como único objetivo excluir sumariamente um dos sócios sem que este tenha prévio conhecimento das acusações para poder se defender.

A conclusão é da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ao [reformular sentença](#) que julgou improcedente ação anulatória, cumulada com indenizatória, ajuizada por sócia defenestrada ilegalmente do quadro societário de uma clínica de fisioterapia.

Além de anular a reunião da assembleia de sócios que a expulsou "por justa causa", reintegrando-a à sociedade, o colegiado condenou as três sócias réas a indenizá-la em R\$ 15 mil por danos morais como também pagar todo o pró-labore desde a saída dela da sociedade, em abril de 2015, a título de danos materiais.

Para os desembargadores, além da falta de motivos para amparar o edital de assembleia, as sócias demandadas não concederam prazo para que a retirante apresentasse defesa escrita das várias acusações que justificariam, em tese, a sua expulsão. A atitude das sócias, segundo registrou o acórdão, "feriram de morte a higidez da reunião e cobriram de nulidade aquilo que já se evidenciava, desde o início, como uma fraude e um mero artifício para lesar e excluir a autora, sem qualquer direito societário".

Exclusão justificada, diz a sentença

Segundo os autos, as três sócias acusaram a autora – todas com participação de 25% das cotas na sociedade empresarial – de atuar de forma negligente na sua atividade profissional, colocando em risco a recuperação dos pacientes e a operação da empresa. Para resolver de vez a situação, em 26 de março de 2015, as réas convocaram uma reunião de assembleia para o dia 6 de abril, que deliberou pela exclusão por justa da causa da autora. Sentindo-se injustiçada, a autora foi à Justiça para invalidar o ato e pleitear reparação.

No primeiro grau, a ação não teve acolhida na Vara de Direito Empresarial, Recuperação de Empresas e Falências de Porto Alegre. Para a juíza Giovana Farenzena, o ato administrativo da assembleia foi "perfeito na matéria e na forma", pois observado o disposto no artigo 1.085 do Código Civil, que prevê exclusão de sócios que põem em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade. Ou seja, não houve nada de irregular na assembleia, já que a solenidade foi convocada justamente decidir a expulsão da autora por justa causa, como deixa claro o telegrama datado de 26 de março de 2015.

A julgadora disse que o prazo de 10 dias oferecido à defesa da autora foi "absolutamente suficiente" e perfeitamente legal. "Em relação aos motivos que culminaram na exclusão da requerente da sociedade, as provas produzidas no curso da instrução são suficientes à comprovação de que a autora vinha obrando contra a sociedade e em prejuízo da mesma, mostrando-se desinteressada pelo exercício regular das suas funções. Os documentos juntados à contestação demonstram essas situações de forma clara, sendo mais cristalina ainda a prova oral produzida no curso da instrução", arrematou na sentença.

Ato nulo, rebate o TJ-RS

O relator da apelação no TJ-RS, desembargador Niwton Carpes da Silva, chegou à conclusão diferente, entendendo que o ato da assembleia se revelou ilegal e, portanto, nulo, por violar o princípio constitucional da ampla defesa. Para Carpes, os motivos da reunião deveriam constar no edital, de modo a viabilizar a mais ampla defesa da sócia. "Todavia, esses motivos não fizeram parte do Edital de Convocação, mas foram descortinados apenas no dia e hora da reunião de exclusão da sócia, como que numa jogada ensaiada e adrede planejada, pois pegou a autora e seu advogado de surpresa, catatônicos e imobilizados, porquanto, destarte, não sabiam do que teriam que se defender", complementou.

Na percepção do julgador, também não havia motivo para a exclusão sumária da autora, já que ela havia manifestado intenção de deixar a sociedade, ao mesmo tempo em que se desenrolavam tratativas para a transferência (proposta e condições) das quotas. "Muito significativa a convocação de exclusão da sócia, que já diz tudo, enrolaram ela até o último momento com insinuação de interesse na aquisição das quotas sociais e, depois, convocam reunião para expulsá-la, quando, então, não pagam nada. Esse, evidente, o traçado dos fatos. Com o máximo respeito, mas percebo, modo inexorável, já de início, armação e fraude na expulsão da autora da sociedade", escreveu no acórdão.

Clique [aqui](#) para ler a sentença.

Clique [aqui](#) para ler o acórdão.

Processo 001/1.16.0043148-9 (Comarca de Porto Alegre)

Date Created

06/01/2020